ATA DA 474ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos oito dias do mês de julho do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Kathya Beja Romero, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Consigna-se que, os Conselheiros Júlio Cesar Tanone e Pedro Antônio de Avellar participaram da Sessão do Conselho Superior, em pleno gozo de seus períodos de férias, conforme o artigo 4º, §1º do Regimento Interno. O Presidente iniciou a sessão às 09h47min, com as comunicações da Presidência. Comunicou que, na nesta semana, havia se reunido com o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Sr. Paulo Dimas, e que na oportunidade, foi discutido o envio de um comunicado conjunto entre os órgãos, acerca do pagamento das perícias judiciais. Nesse sentido, esclareceu que, a instituição custeará esses gastos integralmente até o dia 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no novo código de processo civil, e que após esse prazo, arcará somente com o pagamento das perícias extrajudiciais. Informou ainda, ter apresentado um oficio contendo as principais dificuldades enfrentadas pela Defensoria Pública, na utilização do sistema E-saj, e citou a impossibilidade de cumprimento da prerrogativa de manifestação por cota, a instabilidade do sistema, a alimentação dos processos mesmo quando o E-saj está indisponível, o que estaria acarretando sobrecarga de trabalho após o retorno do sistema, bem como a interlocução entre os sistemas E-saj e Defensoria Online. Esclareceu que, haveria a perspectiva de integração entre os sistemas, bem como a possibilidade de haver uma máquina do SAJ em cada Unidade, visando sua utilização em caso de indisponibilidade do sistema E-saj. Por fim, abordou a morosidade na emissão das guias de recolhimento nos processos de execução criminal, também resultante de falhas do sistema, que estaria ocasionando o aprisionamento de várias pessoas, por tempo superior ao devido, em virtude da tramitação inadequada do processo. Nesse sentido, informou que, o Tribunal de Justiça de São Paulo, estaria ciente do fato e pretende realizar os aperfeiçoamentos necessários no sistema, visando a regularização dos problemas. Comunicou ter se encontrado nesta semana, com o Secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, e com o Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, Marcio Elias Rosa, acompanhado da Defensora-Assessora da Divisão de Apoio ao Atendimento a Presos Provisórios, Maíra Coraci Diniz, para tratar da súmula vinculante que proíbe a progressão de um condenado para o regime semiaberto por falta de vagas, além da decisão do Supremo Tribunal Federal de não considerar como crime hediondo a condenação por tráfico privilegiado. Esclareceu que, a medida poderá elevar o número de indultos em casos de tráfico privilegiado, e citou como exemplo a seguinte situação: a pessoa que está no regime semiaberto e cumpre pena por tráfico privilegiado, em tese já está indultada e deveria estar solta, não ocupando vaga neste regime. Nesse sentido, destacou a importância de a Defensoria Pública ter acesso à lista de pessoas nessas condições, visando a realização de uma forma tarefa coordenada com a Secretaria de Administração Penitenciaria (SAP), Núcleo de Situação Carcerária e Assessoria Criminal da Defensoria. Comunicou ter se reunido no mesmo dia, com a Corregedoria-Geral de Justiça, para verificar o papel do órgão nesta força-tarefa que se pretende realizar em relação aos processos de pessoas presas pelo crime de tráfico privilegiado. Na oportunidade, foi acordado que, assim que for enviada a relação de pessoas nestas condições, pela Secretaria de Administração Penitenciaria (SAP), a Corregedoria-Geral de Justiça irá recomendar aos Magistrados celeridade na análise desses processos, o que demonstra um grande avanço na defesa dos direitos das pessoas presas. Parabenizou a Defensora Pública Márcia Regina Garutti que, nesta semana, foi nomeada pelo Governador do Estado como Assessora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Comunicou que, na última quinta-feira, havia protocolado na Secretaria do Conselho Superior um anteprojeto de lei relativo ao programa dos plantões judiciários, e nesse sentido, esclareceu que, após diálogos com o Governador do

Estado, Secretarias de Governo e da Casa Civil, foi possível construir uma alternativa que traz vantagens aos Defensores Públicos e Servidores, que seria: contemplar, na área permanente da Lei Estadual nº 988/2006, a compensação para atividades de plantões realizadas em finais de semana, feriados e recessos, e que, no caso de indeferimento do gozo das atividades, poderá haver indenização, cujo valor deverá ser estabelecido pelo Conselho Superior. Esclareceu que, o anteprojeto prevê ainda, que as compensações possam ser retroativas ao dia Primeiro de junho deste ano. Por fim, comunicou que, será promovido nos dias 25 e 26 de julho de 2016, o II Encontro de Desenvolvimento Profissional com temáticas sobre motivação, liderança no trabalho, entre outros, e que, Defensores e Servidores da instituição poderiam participar, mediante inscrição. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Defensor Público da Unidade Júri, Mário Henrique Ditticio. Ele informou ter protocolado na Secretaria do Conselho Superior, um relatório das atividades que desenvolveu no período em que ocupou cargo de Assessor na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, e citou que a sua atribuição incluía o acompanhamento da pauta legislativa do Congresso, nas comissões permanentes e temporárias, bem como no plenário. Agradeceu o apoio da instituição, e destacou que seu trabalho se deu em continuidade às atividades dos Defensores Ricardo Lobo e Luiz Bressane, que ocuparam o posto anteriormente. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura da Defensoria Pública, Renato de Seixas Pereira Junior. Ele comunicou que, na última quinta-feira a instituição recebeu o prêmio CIC Brasil 2016, no Congresso Internacional de Gestão de Clientes, na categoria de melhor contribuição tecnológica, tendo ocupado a primeira colocação em todo o País, e destacou que com resultado, o sistema de teleagendamento da Defensoria Pública estava sendo premiado pela quinta vez. Em seguida, o troféu foi entregue ao Defensor Público-Geral. Após, o Presidente franqueou a palavra ao ex Defensor Público-Geral, Rafael Valle Vernaschi. Ele lamentou não ter sido convidado à posse dos novos membros do Conselho, especialmente para transmitir o cargo ao novo Defensor Público-Geral. Apontou que, a questão orçamentária da Defensoria Pública também foi alvo de estudo e dedicação da gestão anterior, e nesse sentido, elogiou o relatório desenvolvido pelo grupo de trabalho destacado para apresentar uma proposta de contingenciamento de gastos, mas apontou que o mesmo levantamento já tinha sido feito, apresentado inclusive os mesmos resultados e previsões de economias de recursos. Nesse sentido, lamentou as críticas recebidas em sua gestão, por não ter adotado medidas mais enérgicas de contingenciamento, uma vez que a proposta atual caminha no mesmo sentido. Por fim, destacou a necessidade de aporte orçamentário, visando o cumprimento de todos os compromissos institucionais. Após, o Presidente sugeriu a inversão das falas, em virtude de um compromisso profissional da Defensoria Pública Márcia Regina Garutti. Não havendo objeção do próximo inscrito, Danilo Mendes. O Presidente a franqueou a palavra. Ela agradeceu o apoio do Defensor Público-Geral em ocupar o cargo de Assessora de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública (SSP), bem como ao Conselho Superior pelo afastamento que a possibilitou desenvolver esta nova função. Por fim, destacou sua pretensão em levar o olhar da Defensoria Pública para a construção de políticas públicas no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, visando a garantia de direitos humanos. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado (Edepe), Danilo Mendes. Ele anunciou que, no próximo dia vinte e um, ocorrerá um pregão eletrônico para a implementação de uma plataforma de ensino a distância, que possibilitará o acesso via internet, dos cursos de capacitação oferecidos pela escola. Aventou ainda, a possibilidade de aumento da receita institucional através da venda desses cursos. Por fim, informou ter havido uma redução dos gastos remuneratórios de palestrantes, através da implementação de uma nova sistemática que estabelece um valor fixo por hora aula e não mais de forma escalonada, como praticado anteriormente. Consigna-se que, o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto compareceu à Sessão as 10h58min. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Defensor Público, Mário Henrique Ditticio, junto ao Ministério da Justiça. Com relação ao prêmio CIC Brasil 2016, destacou que a conquista não era apenas da Defensoria Geral, e sim de todos os membros da instituição que se envolveram no desafio de usar a tecnologia para melhoria do serviço prestado à população. Com relação aos questionamentos do ex-Defensor Público-Geral, Rafael Vernaschi, lamentou não ter havido convite expresso do

cerimonial para a solenidade de posse dos novos integrantes do Conselho Superior, e considerou corrigir a falha em uma próxima oportunidade. Com relação a proposta de contingenciamento, apontou que o trabalho desenvolvido atualmente não anula os realizados pela gestão anterior, nem tão pouco desmerece o que já havia sido feito. Justificou que, o relatório apresentado organiza o trabalho e os torna visível a todos, inclusive os interlocutores externos da Defensoria Pública. Por fim, agradeceu a disposição da Defensora Pública, Marcia Garutti e desejou sucesso no desempenho da nova função junto a Secretaria de Segurança Pública. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), Leonardo Scofano elogiou a realização do anteprojeto de lei acerca das compensações ou indenizações dos plantões judiciários, no entanto frisou que a que a administração mantenha o cumprimento da Deliberação nº 289/14, que trata do regime de pagamento dos plantões judiciários. Apontou que os Defensores Públicos estão há três anos sem qualquer aumento ou reposição inflacionária, e nesse sentido, informou ter estado em Brasília na última semana para tratar do Projeto de Lei 257/16, que estabelece o plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Destacou ter sido possível a retirada de algumas pautas que seriam prejudiciais aos Servidores Públicos em geral e, consequentemente, aos Defensores, sobretudo o que diz respeito ao quinquênio, licença prêmio e sexta-parte, uma vez que seguindo o regime da União, não haveria mais essas vantagens pecuniárias. Acrescentou que, no entanto, ainda prossegue a restrição aos aumentos salariais dos Servidores, em virtude de um dispositivo previsto no Projeto que veta qualquer tipo de aumento ou reposição inflacionária, nos próximos dois anos. Pontuou que, de acordo com a proposta de orçamento para 2017, haveria uma previsão de aumento orçamentário que possibilitaria a chegada de novos Defensores Públicos. Nesse sentido, indagou a previsão de quantos candidatos aprovados no último certame da carreira seriam chamados. Comunicou que, a Associação dos Defensores Públicos Paulista (Apadep), continuará trabalhando na Assembleia Legislativa e junto ao Poder Executivo, visando minimizar qualquer possibilidade de corte na proposta de orçamento institucional. A Conselheira Kathya Beja, destacou o orgulho da instituição ser reconhecida por questões não apenas jurídicas, mas também em aspectos relacionados à melhoria do trabalho prestado aos seus usuários, e citou a premiação recebida pelo teleagendamento. Ressaltou a importância de todos se preocuparam com a utilização correta dos recursos públicos, conforme abordado na proposta de contingenciamento de gastos. Por fim, elogiou a atuação do Defensor Público Mario Ditticio, junto ao Ministério da Justiça, destacou ser importante a Defensoria Pública construir pontes com outras instituições e zelar por elas. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa, comunicou que na última quinta-feira ocorreu a primeira reunião acerca da VI Jornada da Moradia Digna, com a participação do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Informou que o tema ainda não foi definido e, para isso, haverá uma pesquisa junto aos movimentos sociais, e que o evento está previsto para agosto de 2017. Nesse sentido, solicitou o apoio da Defensoria Geral. Parabenizou a atuação do Instituto Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que acompanhou todo o processo de reintegração de posse de um edifício na última quinta-feira. Acrescentou que, ao final do procedimento, houve conflito com a Polícia Militar, que impediu os moradores de entrarem no prédio para pegar seus documentos. Ressaltou que, as reintegrações de posse estariam acontecendo com frequência e destacou a necessidade de maior envolvimento da Defensoria Pública. O Conselheiro Alexandre Orsi parabenizou o trabalho realizado pelo Defensor Mario Henrique Ditticio, junto ao Ministério da Justiça e também a Defensora Pública, Márcia Garutti, por sua nomeação como Assessora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Segurança Pública. O Conselheiro Lucio Mota, lamentou que o trabalho de Mario Ditticio tenha sido interrompido após dez meses, e destacou a importância de os Defensores ocuparem espaços na administração pública. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que todos devem enfrentar o atual cenário financeiro de forma realista, e que é preciso pensar em medidas de economia a médio prazo, dada a possibilidade das dificuldades orçamentárias se manterem em 2017. Parabenizou os trabalhos de realizados pelo Defensor Mario Ditticio e desejou sorte a Marcia Garutti. O Conselheiro Horácio Xavier justificou seu atraso em virtude de problemas de saúde envolvendo seu filho. Após, relatou ter sido acionado pela Seccional de Suzano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acerca da situação de iminente remoção de aproximadamente de 240 famílias de uma área particular na cidade, próxima a Mogi das Cruzes. Acrescentou que, esteve no local e,

ao tomar ciência da gravidade da situação, acionou o Núcleo de Habitação e Urbanismo para atuação em favor das famílias, que obteve nesta semana, a suspensão da ordem de reintegração de posse. Nesse sentido, destacou a importância da atuação da Defensoria Pública, inclusive em locais onde não mantém sede. O Conselheiro Júlio Tanone destacou a importância de debate acerca das atribuições e sobre a criação de cargos para atuação em demandas coletivas, de modo que os Defensores possam atuar em cidades onde a Defensoria Pública não está instalada e atender demandas como a descrita pelo Conselheiro Horácio Xavier. Não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação ao anteprojeto de lei acerca dos plantões judiciários, conforme destacado pelo Representante da Associação Paulista de Defensores Públicos, Leonardo Scofano informou que, o objetivo é criar uma nova sistemática para o pagamento dos plantões, visando maior segurança jurídica. Acrescentou ter sido solicitado à Assessoria Jurídica uma análise sobre o cumprimento da Deliberação nº 289/14, que trata desta matéria, e que o resultado do estudo será divulgado assim que estiver concluído. Com relação as questões remuneratórias observadas pelo Representante da Associação Paulista de Defensores P0úblicos, Leonardo Scofano, informou que, o Assessor Parlamentar da Defensoria-Geral, Antônio Maffezoli, também esteve em Brasília acompanhando a tramitação do Projeto de Lei nº 25716, que estabelece o plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e que infelizmente, foi retirada a urgência da tramitação do projeto, mas que, a Defensoria Geral está acompanhando sua evolução. Com relação a proposta orçamentária e reajuste salarial, informou ser favorável as devidas correções, porém o cenário de déficit atual estaria dificultando a aprovação do Projeto de Lei nº 58/2015, que trata da reposição inflacionária de Defensores e Servidores da instituição. Comprometeu-se a, quando houver uma sinalização concreta, transmiti-la prontamente, e que não irá apresentar propostas que não sejam realizáveis, e nesse sentido, destacou a importância de analisar a viabilidade financeira dos projetos apresentados. Comunicou que, o Deputado Marcos Zerbini, relator do Projeto de Lei 58/2015, visitará a instituição na próxima semana, visando discutir a proposta, e anunciou o agendamento de reuniões com os Secretários da Casa Civil e de Governo para tratar do mesmo assunto. Ainda com relação a proposta orçamentária, informou que, a posse de novos Defensores Públicos estaria condicionada ao aporte orçamentário. Com relação a VI Jornada da Moradia Digna, apontada pelo Ouvidor Geral, Alderon Costa, avaliou o evento como de extrema importância, que coincide, inclusive, com o surgimento da Defensoria Pública, e que o atendimento às demandas habitacionais é uma das prioridades da instituição. Com relação ao aumento das reintegrações de posse, conforme sinalizado pelo Ouvidor-Geral, comunicou que, esta semana foi discutido o convênio com o Escritório Modelo da Pontifica Universidade Católica de São Paulo (PUC), e que esse convênio juntamente com outro mantido com o Instituto Gaspar Garcia de Direitos Humanos, contemplam a atuação em demandas coletivas. Em seguida comunicou o agendamento de dois Processos Administrativos Disciplinares, a serem realizados no dia 28 de julho de 2016 as 09h30min e 14h. Agendou-se sessão extraordinária para o dia 14 de julho de 2016 às 09h30min, visando dar andamento a sabatina e processo de escolha dos membros dos Núcleos Especializados – Processo CSDP 420/16, bem como a realização de sabatina e processo de escolha de Corregedor Geral – Processo CSDP nº 421/16. Consigna-se que, houve manifestação dos Servidores da instituição, em prol da reposição inflacionária. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 448/16 (Excetuado a pauta).** Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "III Encontro Estadual das Equipes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Temas Transversais-Unidades e Núcleos em Relação - TURMA I, a ser realizado no dia 22 de julho de 2016. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados, nos termos encaminhados pela Edepe. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Adriana Cristina Guimarães, Cristiane Maria de Lima, Daniela Barbom Sorpilli, Daniela Cristina Augusto Campos, Luciano Alves, Marcio Vianna, Mariana Louzada de Toledo, Marisa Sandra Luccas, Simone Kelly Svitek, Soraya Mattar Gonçalves, Tânia Biazioli de Oliveira, Tatiana de Cardoso e

Mendes Castro, Vanessa Marins Ramos Celeguini e Vilmar Douglas de Souza Pimenta. **CSDP nº 451/16 (Excetuar a pauta).** Interessadas: Fernanda Dutra Pinchiaro e Adriana Kalil Issa Peres. Assunto: Remoção por permuta (25ª DP da Macrorregião 1 e 02ª DP da Unidade Infância e Juventude). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo para manifestações. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a seguir publicado. (COMUNICADO). Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 451/16, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas Fernanda Dutra Pinchiaro, classificada na 31ª Defensoria Pública da Macrorregião 1 - (Substituição da função "Afastamento Coordenador do Núcleo Especializado do Idoso e da Pessoa com Deficiência" - Defensora Pública Renata Flores Tibyriçá, titular da 3ª DP da Unidade Fazenda Pública) e Adriana Kalil Issa Peres, classificada na 2ª Defensoria Pública da Unidade Infância e Juventude, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até as 17h do dia 15 de julho de 2016, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. O processo de análise dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 22 de julho de 2016. **CSDP nº 449/16 (Excetuar a pauta).** Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "II Seminário de Direito do Consumidor da Defensoria Pública de São Paulo", nos dias 14 e 15 de julho de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório de proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos Defensores, porém apresentou uma questão preliminar de discussão sobre a limitação do afastamento de interessados, e sinalizou que o Coordenador Regional havia se manifestado pelo deferimento do pedido. Após, votou para que fosse homologado o indeferimento do afastamento da Defensora Thais de Campos em razão de férias, e homologar a desistência da Defensora Renata Oliva Monteiro Matos, que desistiu da participação. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Alex Gomes Seixas, Andrea da Silva Lima, Francisco Carlos Marques Matarezio, José Moacyr Doretto Nascimento, Rodrigo Emiliano Ferreira, Mariana Silva Galo Bertolami, Adele Aparecida Fernandes Morais, Bruna Simões França e Ricardo Augusto Wiziack Zago. **CSDP nº 454/16 (Excetuar a pauta).** Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Lei Complementar nº 988/06, que dispõe sobre a compensação em razão de atividade realizada nos finais de semana, feriados ou recessos. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a proposta apresentada, considerando que com a medida alcançada haverá um satisfatório grau de segurança jurídica aos Defensores Públicos, Agentes e Oficiais de Defensoria, que poderão ter garantido o direito à compensação dos dias não úteis trabalhados ou, eventualmente, a correspondente indenização em caso de indeferimento do gozo por necessidade do serviço público, nas hipóteses e segundo os critérios a serem estabelecidos pelo Conselho Superior. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Octavio Ginez parabenizou o projeto encaminhado ao Conselho Superior. O Conselheiro Alexandre Orsi acompanhou as congratulações, mas manifestou que a vitória virá com a aprovação do projeto e a efetivação com o aval do Governador. O Conselheiro Lucio Mota acompanhou o entendimento pelo Conselheiro Alexandre Orsi. Após, o Presidente encaminhou para deliberação, que foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a proposta apresentada, encaminhando-se cópia dos autos a Defensoria Pública-Geral. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselheiro Pedro Antonio de Avellar leu o voto vista no sentido de acolher a proposta apresentada, com

sugestões de alterações, conforme minuta apresentada. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, o qual foi concedida vista ao Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. CSDP nº 439/16. Interessado: Willians Rocha Monteiro. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral estadual. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator manifestou que interessado havia protocolado os documentos complementares, e nesse sentido encaminhou para que acolhesse as informações, mas condicionar a apresentação oportuna dos complementares. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após a apresentação parcial dos documentos, homologar o pedido de afastamento do servidor Willians Rocha Monteiro, condicionada à apresentação do comprovante de registro da candidatura ao cargo de Vereador no Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de (05) cinco dias, após a realização da convenção do partido. CSDP nº 434/16. Interessado: Marco Antonio de Oliveira Branco. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado, no período de 48 meses. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselheiro Pedro Avellar proferiu o voto vista pelo deferimento do afastamento integral do interessado. O Conselheiro Leandro Loss manifestou que em seu voto ele manifestava pelo deferimento do afastamento somente às quartas feiras, devendo renovar os períodos subsequentes. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial no período de agosto a dezembro de 2016, às quartas feiras, devendo o pedido ser renovado nos períodos subsequentes, e a apresentação de relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. Vencidos os Conselheiros Pedro Antonio de Avellar, Kathya Beja Romero e Lucio Mota do Nascimento, que votavam pelo deferimento integral do afastamento. Absteve-se o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. CSDP nº 444/16. Interessado: Julio Camargo de Azevedo. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no evento "I Semana Estadual de Valorização da Mulher-Seminário Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: como enfrentá-la", nos dias 21 e 22 de julho de 2016. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o processo em diligência, a fim de colher a manifestação de dados da Administração Superior, bem como dos Núcleos Especializados envolvidos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação da Corregedoria Geral, Segunda Subdefensoria Pública-Geral e os Coordenadores dos Núcleos Especializados de Situação Carcerária e Infância e Juventude. CSDP nº 419/16. Interessado: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas no período de 19 de maio de 2014 a 12 de maio de 2016, junto ao Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório encaminhado pelo interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório de atividades do interessado. Registra-se que o Presidente informou que, neste momento, havia sido divulgado pelo Tribunal de Justiça do Estado um comunicado conjunto com a Defensoria Pública sobre as questões das perícias. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h32min, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação

para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessadas: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da

Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custa para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 613/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos de Defensores Públicos, derivada de estudos e análises com vistas à expansão institucional. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice

de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 391/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessados: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 411/16. Interessados: Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro

de 2016). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 431/16. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Araçatuba / Para: Município de Bauru). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 446/16. Interessado: Tiago Thomaz Arias. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "SQL Server 2014: Administração e Monitoramento", a ser realizado no período de 18 de julho a 22 de julho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 447/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta orçamentária anual para o exercício de 2017. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 028/14. Interessado/a: Carlos Roberto Isa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 069/14. Interessado/a: Liane Silveira Moreira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 077/14. Interessado/a: Mariana Teixeira Zequini. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 079/14. Interessado/a: Natalia Nissia Nogueira Seco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 093/14. Interessado/a: Renata Moura Gonçalves. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 099/14. Interessado/a: Tadeu Jose Migoto Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 106/14. Interessado/a: Wlamyr Gusmão Junior. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 111/14. Interessado/a: Felipe de Castro Busnello. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/14. Interessado/a: Adriana Vinhas Bueno. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 048/14. Interessado/a: Guilherme Feccini Gaona. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior

DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 112/14. Interessado/a: Rita de Cassia Gandolpho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 075/14. Interessado/a: Mariana Carvalho Nogueira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 046/14. Interessado/a: Fernando Soares Tolomei. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 026/14. Interessado/a: Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h32min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos oito dias do mês de julho do ano de 2016.

Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

Kathya Beja Romero
Corregedoria-Geral

Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral

Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro

Júlio Cesar Tanone
Conselheiro

Leandro de Col Loss
Conselheiro

Lucio Mota do Nascimento
Conselheiro

Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro

Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro

Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro

Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep

Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral